

PORTUGAL E OS ALIADOS – 1939-1945

A 1 de Setembro de 1939 a Alemanha invade a Polónia, iniciando-se a Segunda Guerra Mundial. A posição de Portugal relativamente ao conflito seria expressa por Salazar, em 9 de Outubro do mesmo ano, em mensagem dirigida à Assembleia Nacional. Afirmava o chefe do governo:

*A Alemanha fez-nos saber estar na disposição e respeitar a integridade de Portugal e das suas possessões ultramarinas, em caso de neutralidade; a Inglaterra nada pedira, em nome da aliança e amizade seculares, que nos obrigasse a entrar no conflito; nós não tínhamos neste, aparte os interesses que nos solidarizam com todos os mais, como membros da comunidade europeia e filhos da sua civilização, um interesse próprio e directo a defender. O Governo podia assim manifestar ao País a deliberação e a esperança de manter na paz o povo português, salvo se a dignidade, os interesses ou os nossos deveres no-la viessem a fazer abandonar. Em todo o caso, não ficaríamos de bem com a nossa consciência se — amigos que não voltam a cara na adversidade alheia — não reafirmássemos naquele grave momento os nossos sentimentos de amizade e toda a nossa fidelidade á aliança inglesa. A Câmara sabe como a Inglaterra apreciou e considerou bem-vinda a declaração do Governo: a atitude tomada era de facto a que melhor correspondia à defesa dos interesses comuns das duas nações.*⁶

Na prática, anunciava-se a não-beligerância sem fazer uma declaração formal de neutralidade, deixando ao governo português liberdade para agir de modo diverso se, no futuro, as condições políticas o aconselhassem. Simultaneamente, todavia, Salazar assumia as obrigações da aliança com a Grã-Bretanha, correndo o risco de fazer crer ao seu velho aliado que a neutralidade seria bastante *colaborante*. Não seria essa, no entanto, a posição inicial do governo português, no que constituiria mais um contraste no tocante à forma de actuar em 1914. Com efeito, os pedidos britânicos formulados no âmbito de uma desejada *neutralidade colaborante* foram esbarrando em negativas do governo de Lisboa. Em Londres, a neutralidade portuguesa começa a ser motivo de apreensão.

A 17 de Fevereiro de 1940, o embaixador britânico Selby vai ao Ministério dos Negócios Estrangeiros apresentar mais alguns ‘pedidos difíceis’, nomeadamente o não serem difundidas informações meteorológicas que possam ser úteis aos alemães, e não ser permitido o embarque de alemães, nos Açores, a bordo de hidroaviões de carreira. Além disso, aproveita a ocasião para enaltecer o valor daquelas ilhas na conjuntura de guerra que se vivia.

Não é em absoluto claro que Salazar, por essa altura, valorizasse adequadamente a importância estratégica dos Açores (apesar de, já no decorrer da 1.^a Guerra Mundial, terem os Aliados utilizado alguns portos do arquipélago como bases de apoio). Se assim fosse, teria, desde logo, ordenado o reforço militar do arquipélago. Só vários meses mais tarde, como adiante veremos, foram as guarnições militares dos arquipélagos atlânticos devidamente reforçadas.

Após a entrevista no MNE, Selby comunica para Londres que sente, da parte portuguesa, uma crescente posição de rigidez e pondera a hipótese de pressionar Portugal no sentido da ruptura com a Alemanha.

É o momento de todas as dúvidas. Parece esbater-se o carácter periférico do território português. Em Londres — como de resto em Paris — existe a nítida percepção de que, como em outras conjunturas, a fronteira luso-espanhola se constitui como virtual limite entre a potência marítima e as potências continentais. Mas há, também, o receio de que essa fronteira se desloque para as praias portuguesas. A incerteza das reais intenções do governo nacional confere-lhe um peso negocial que uma política seguidista jamais lhe propiciaria.

⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 10-10-1939.

A fulminante derrota da França, em Junho de 1940, vem colocar o Exército Alemão na fronteira espanhola dos Pireneus Ocidentais. A Itália, até aí neutra, declara guerra aos Aliados em 10 de Junho. No imediato, tendo cessado as operações a oeste, é para o teatro de operações mediterrânico que se vão voltar as atenções. Os pontos de apoio da esquadra britânica no Mediterrâneo — Egipto, Malta e, sobretudo, Gibraltar — vêm acrescida a sua importância. A Espanha, entretanto, ocupa militarmente a zona internacional de Tânger, embora afirmando que o faz a título temporário. Deste modo, além das posições que, naturalmente, detêm no Sul da Península Ibérica, as forças armadas espanholas dominam agora os dois acessos ao Estreito de Gibraltar: Tânger, do lado atlântico, e Ceuta, do lado mediterrânico.

Na Grã-Bretanha cresce a ansiedade e a incerteza sobre a solidez da neutralidade dos dois países ibéricos. São elaborados diversos planos que contemplam a ocupação dos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde e de parte de Moçambique. A ocupação do “continente” não é vista como essencial. De facto, se a Espanha estiver dominada por forças inimigas, estas garantirão uma superior capacidade aeronaval no Atlântico e no Mediterrâneo, de pouco servindo aos aliados dispor de posições em Portugal continental.

Por essa altura, o chefe do governo português envia para Londres a seguinte advertência:

*...a Espanha só pode ser neutral ou inimiga, e Portugal só pode ser neutral ou invadido e ocupado por deficiência do auxílio inglês a tempo; a Inglaterra deve ter presente esta situação para continuar a fazer a guerra com respeito pela neutralidade da Península; qualquer acto por parte da Inglaterra que ponha em perigo a neutralidade portuguesa será fatal ao status quo da Península sem compensação para a Inglaterra.*⁸

A vontade de clarificar a situação é também preocupação conjunta dos dois governos ibéricos. Assim, a 29 de Julho, entre Portugal e Espanha é firmado um Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não-Agressão já existente. Na sua parte substancial o texto dispõe:

*...os governos Português e Espanhol acordam e por este Protocolo se obrigam a concertar-se entre si acerca dos melhores meios de salvaguardar quanto possível os seus mútuos interesses, sempre que se prevejam ou verifiquem factos que por sua natureza possam comprometer a inviolabilidade dos respectivos territórios metropolitanos ou constituir perigo para a segurança ou independência de uma ou outra das duas partes; e este Protocolo é oponível a terceiros, quaisquer que sejam as obrigações contraídas para com estes pelas duas partes.*⁹

Este Protocolo manifestava, com certa veemência, a determinação dos dois países ibéricos na preservação da sua neutralidade. No caso português, sobretudo, a debilidade militar não permitia outra política. Em meados de 1940, o Exército português não poderia, sequer, armar condignamente uma Divisão completa!¹⁰ A Espanha, por seu turno, não teria qualquer dificuldade em lançar contra Portugal 3 Divisões equipadas com material moderno, devidamente apoiadas por meios aéreos. E, muito relevante, com quadros enriquecidos pela experiência de combate que a Guerra Civil lhes havia conferido.

É, também, após a queda da França que, finalmente, Salazar determina uma mobilização parcial de forças militares, a destacar para as ilhas atlânticas e para África. A guerra havia principiado nove meses antes! Mesmo assim, só em finais de Maio de 1941 é que o governo português viria a declarar ter o arquipélago devidamente guarnecido para responder a um eventual ataque.

O valor estratégico do arquipélago dos Açores não sai do pensamento dos britânicos. Na Primavera de 1941, um alto funcionário do *Foreign Office* analisava, assim, a possibilidade

⁸ FRANCO NOGUEIRA, *Idem*, vol. III, p. 284.

⁹ *Ibidem*, vol. III, p. 285.

de, perante um ataque espanhol a Portugal, não ser esboçada, da nossa parte, qualquer acção de resistência:

*Desde que possamos ocupar as ilhas atlânticas, a recusa do governo português em continuar a luta pode não ser uma desvantagem a longo prazo. Uma tal recusa habilitar-nos-ia, depois da guerra, a dispor como quiséssemos das ilhas portuguesas do Atlântico e facilitaria a satisfação dos desejos da União da África do Sul quanto às colónias portuguesas, e que decerto são contrários aos desejos do governo português.*¹¹

A 6 de Maio, o senador americano Pepper profere no Senado um discurso em que advoga a ocupação dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Dacar. O representante de Portugal em Washington (Bianchi) obtém a informação de que o discurso teve a aprovação prévia de Roosevelt e do governo americano.

Alguns dias mais tarde, a 27, Roosevelt pronuncia um discurso em que, salientando a importância fundamental dos arquipélagos portugueses para a defesa dos Estados Unidos, e vincando que a Alemanha tem o poder militar de as ocupar, sugere que seria “*estúpido esperar que o inimigo provável se firme numa posição de que possa atacar.*”¹²

Estas e muitas outras sugestões de políticos responsáveis constituem exemplos eloquentes do poder perverso da Geografia sobre a Estratégia e caracterizam, singularmente, o espaço de manobra que é deixado às pequenas potências para exercerem a sua soberania.

Importa referir, neste ponto da nossa análise, que o relacionamento político entre os Estados Unidos e Portugal era, desde sempre, assunto de baixa prioridade para ambos os Estados. A política externa portuguesa não ia muito além da Europa e do Brasil. Por seu turno, os EUA viam Portugal como uma espécie de “domínio” britânico, devendo, por esse motivo, ser tratados em Londres os aspectos ponderosos que lhe dissessem respeito. Na linha deste juízo estava, de resto, a circunstância de a embaixada americana em Lisboa jamais ter tido como titular um Embaixador.¹³ Em meados de 1941, a representação dos EUA era, de facto, encabeçada por um simples Encarregado de Negócios.

Ao atingir-se o final do ano, a guerra deixa de ser europeia e propaga-se a todo o globo. Em 22 de Junho, a Alemanha havia invadido a União Soviética, e, a 7 de Dezembro, era a vez de o Japão atacar a base americana de Pearl Harbour, lançando os dois países no conflito. A 11, Alemanha e Itália declaram guerra aos EUA.

As vitórias iniciais do Exército Nipónico no Sueste Asiático vão deixar marcas profundas para o futuro. Não só vão contribuir decisivamente para o esbater do mito da superioridade do homem branco sobre as demais raças do globo, como a acção política dos invasores japoneses é de incentivo à rebelião dos autóctones contra as potências coloniais. E, quando mais tarde a acção dos Aliados os obriga a retirar, deixam nas mãos de guerrilheiros significativas quantidades de armamento.

A 17 de Dezembro, sem consulta prévia, uma força mista australiana e holandesa, com o efectivo de 350 homens, ocupa Timor-Leste, a pretexto de defenderem o território contra uma eventual invasão japonesa. Da parte portuguesa não é oferecida qualquer resistência. O governador, no entanto, não aceita as condições do ultimato que lhe é apresentado e constitui-se prisioneiro do comandante invasor.

A 22 de Dezembro, o embaixador britânico, Campbell, é chamado ao MNE, onde lhe é entregue uma nota de protesto, com o pedido da imediata retirada das tropas desembarcadas, que o governo português se propõe substituir por tropas nacionais, com efectivos numericamente superiores aos da força australiano-holandesa.

¹¹ FRANCO NOGUEIRA, *Idem*, vol. III, p. 313.

¹² *Ibidem*, vol. III, p. 323.

¹³ Só em Abril de 1944 é que as representações diplomáticas dos dois países passaram a ser chefiadas por embaixadores.

Vivem-se, então, momentos de profunda incerteza. No interior do regime acentuam-se as divergências quanto ao rumo a seguir. Enquanto os mais radicais sustentam a política neutral de Salazar, os mais liberais alvitram que é fundamental, uma vez mais, alinhar com a Inglaterra. Julgamos interessante, a este propósito, transcrever alguns passos da correspondência trocada entre Salazar e o embaixador português em Londres (Armindo Monteiro), anglófilo convicto.

Refere o chefe do governo:

Os factos da vida ensinaram-me a descrever dos ricos, dos poderosos e dos grandes. Todos os portugueses (...) foram educados na tese de que a independência e integridade de Portugal são dádiva gratuita da Inglaterra, porque o país não teria condições de vida livre. Ainda que esta doutrina fosse tese histórica inegável, deveríamos considerá-la politicamente errada. A verdade política deve reivindicar para a Nação a base suficiente de independência efectiva. (...) Sei que a doutrina que defendo não conquistou ainda toda a massa de Portugal. Parte importante confunde ainda consciência nacional e interesse nacional com servilismo pró-britânico.

Adiante, referindo-se ao incidente de Timor, conclui:

*Por mim, julgo mais útil para a educação do país que o conflito se arraste sem solução do que encontrá-la em desonrosa transigência que nos faça perder a noção exacta dos nossos direitos e deveres.*¹⁴

Monteiro sente-se atingido. Replica:

*...a raça e a vontade do povo não teriam força bastante para sustentar, durante período longo, a independência da Nação sem o domínio efectivo de largos territórios no ultramar. Pode dizer-se que o império é o fundamento essencial da independência portuguesa; a política externa portuguesa, por exigência das coisas, deverá, segundo creio, ser conduzida por forma a não cortar o caminho dos grandes interesses britânicos; e por isso, neutralidade e aliança serão incompatíveis a partir do momento em que esta última tenha de entrar efectivamente em jogo.*¹⁵

Do lado de Salazar vislumbra-se já a política do “*orgulhosamente sós*”; Armindo Monteiro, por seu turno, está vinte anos avançado na defesa do conceito da inviabilidade de Portugal se separado do Ultramar. Os “*ventos da história*” haveriam de os pôr de pleno acordo.¹⁶

Na segunda quinzena de Janeiro de 1942, parte de Lourenço Marques um navio com o contingente português destinado a Timor. Todas as partes interessadas — Grã-Bretanha, Austrália, governo holandês no exílio e Japão — têm conhecimento do movimento. A 19 de Fevereiro, no entanto, antes da chegada do navio a Timor, o Japão invade a ilha e expulsa os holandeses e australianos. O governo português ordena ao seu embaixador em Tóquio a apresentação de um protesto. Moderado, não obstante, tendo em atenção que forças nipónicas cercam a cidade de Macau. O contingente militar português, entretanto, é desviado para a Índia.

O assunto Timor não é, contudo, a preocupação dominante. Em Washington, a ideia da ocupação dos Açores, para aí instalar bases aéreas e navais, volta a estar na primeira linha dos cuidados do governo americano. Em fins de Abril de 1943, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill visita os EUA. Muito pressionado por Roosevelt, procura convencer o

¹⁴ É curioso notar que o tratamento da crise resultante da invasão de Timor pela Indonésia, em 1975, tem obedecido aos mesmos princípios. Mais uma vez, é a Geografia a determinar a forma de fazer política.

¹⁵ FRANCO NOGUEIRA, *Idem*, vol. III, pp. 368-369.

¹⁶ Armindo Monteiro já não assistiria ao desenrolar da última crise do Império. Faleceu em 1955.

Foreign Office da necessidade de uma atitude drástica para com Portugal, por forma a concretizar a ocupação do arquipélago pelos Aliados. Anthony Eden¹⁷, de Londres, pede que qualquer decisão seja adiada até ao regresso de Churchill à Grã-Bretanha. O primeiro-ministro, todavia, envia para o chefe da diplomacia britânica o telegrama que transcrevemos:

*Não julgo que um pedido feito ao governo português conduza a resultados úteis; na minha opinião, o único caminho a seguir é o de confrontar (o governo português), na noite antecedente, com o facto de estar iminente a ocupação (dos Açores), avisando-o dos riscos de correr sangue e dando-lhe apenas tempo para sustar qualquer resistência; (...) Os chefes do Estado-Maior americano foram instruídos para preparar um plano de acção imediata, isto é, dentro de três ou quatro semanas; desejo poder informar o Presidente de que em princípio o governo de Sua Majestade está também pronto a agir se os Estados Unidos procederem semelhantemente; não vejo qualquer substância moral no argumento legalista de que não se deve pisar a neutralidade portuguesa no que toca a umas ilhas sem importância em tempo de paz mas que adquiriram um significado vital em tempo de guerra.*¹⁸

Na crueza deste breve comentário podemos vislumbrar, caro leitor, como é difícil, para um pequeno país, construir uma situação de neutralidade quando o seu território apresenta características que, geograficamente, o tornam parte imprescindível de um conflito.

A oposição do *Foreign Office* a uma acção de força antes da formulação de um pedido directo ao governo de Lisboa acaba por prevalecer. A 18 de Junho de 1943, o embaixador britânico formaliza junto de Salazar a solicitação de facilidades nas ilhas açorianas de S. Miguel e Terceira, nos seguintes termos:

*Nestas circunstâncias, o governo de Sua Majestade resolveu, em nome da aliança existente entre Portugal e a Grã-Bretanha há seiscentos anos, pedir ao governo português para lhe prestar a sua colaboração concedendo-lhes as facilidades de que tem necessidade nos Açores.*¹⁹

A nota do governo de Londres conclui com a garantia da retirada das forças britânicas, no fim da guerra, e da manutenção da soberania portuguesa em todos os territórios do Ultramar.

Salazar promete estudar o assunto com a maior compreensão. Há que ponderar as possíveis reacções da Alemanha e da Espanha. Mas o curso da guerra, agora nitidamente favorável aos Aliados, vai permitir ao governo português aceder ao pedido, embora mediante um processo negocial que viria a conhecer momentos de grande tensão entre as duas partes. Volta a estar em causa — agora com acrescida razão — o fornecimento de material de guerra para as forças armadas portuguesas. Finalmente, a 18 de Agosto (embora datado de 17) é assinado o acordo que concede à Grã-Bretanha as facilidades de utilização do aeródromo das Lajes e do porto da Horta, a partir de 8 de Outubro desse ano.

O anúncio público do acordo processa-se a 12 de Outubro. A reacção espanhola é nula e a Alemanha limita-se a um protesto. Por essa altura, já as forças italo-germânicas haviam sido derrotadas no Norte de África, os Aliados desembarcado em Itália e o Exército Soviético passara à contra-ofensiva. A Espanha preparava já o pós-guerra, não lhe sendo propício hostilizar os mais que prováveis vencedores do conflito; para a Alemanha, a neutralidade de Portugal, apesar de tudo, implicava mais vantagens (comerciais) do que uma declaração de guerra, que, por manifesta falta de meios, pouco dano causaria ao nosso país.

Quem verdadeiramente se não conformou com os termos do acordo sobre os Açores foi o governo americano. De facto, o texto assinado não previa a concessão de facilidades às

¹⁷ Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros britânico.

¹⁸ FRANCO NOGUEIRA, *Idem*, vol. III, p. 431.

¹⁹ *Ibidem*, vol. III, p. 438.

forças armadas dos EUA. Apenas a permissão de reabastecimento em combustível era extensiva a *navios das Nações Unidas*.

Ao findar o ano de 1943, Salazar é directamente confrontado com um pedido americano para a instalação de bases próprias nas ilhas. O chefe do governo português não vê inconveniente em que militares americanos utilizem as facilidades já concedidas aos britânicos mas põe condições: ausência de unidades de combate e que os oficiais americanos que permaneçam nas ilhas não ostentem insígnias dos EUA e se encontrem, nominalmente, sob comando britânico. É notório o desencontro de intenções. Do lado português, avolumam-se as suspeitas de que os EUA se preparam para um acto de força nos Açores.

Na noite de 8 para 9 de Janeiro de 1944, Salazar chama o representante britânico e, de forma sóbria e incisiva, informa o embaixador de que acabara de dar instruções ao comando militar dos Açores para atacar as forças americanas, com todo o potencial de combate disponível, se aquelas procurassem desembarcar.

Prosseguem, ao longo de todo o ano, as pressões americanas no sentido da obtenção de facilidades nos Açores. Em Novembro de 1944, o governo americano aceita, finalmente, as condições do governo de Lisboa para a instalação de uma base aérea na ilha de Santa Maria: participação de forças portuguesas nas operações militares destinadas à reocupação de Timor. Obtido o acordo e cumprida a parte portuguesa, interpõem-se novos obstáculos. O governo australiano pretende que sejam forças suas a ocupar Timor e opõe-se ao desembarque imediato de forças portuguesas. Entretanto, a rendição do Japão torna desnecessária a ocupação pela força, e, ultrapassada a oposição inicial do governo australiano, a expedição militar portuguesa, que partira de Moçambique, começa a desembarcar em Timor, em 27 de Setembro, sendo restabelecida a administração nacional.

Nota: para maior desenvolvimento da questão de Timor, consultar neste blogue os artigos da Secção “Militar” – Subsecção “Ultramar 1919-1960”.

David Martelo – 1997